Sumário

Apresentação 11

As organizações sociais e o Supremo Tribunal Federal: comentários à Medida Cautelar da ADIn nº 1.923-DF

Gustavo Justino de Oliveira 13

1 Introdução 13

2 As organizações sociais na Lei Federal nº 9.637/98 16

3 Análise da decisão proferida na Medida Cautelar da ADIn nº 1.923-DF: reflexos na continuidade e na propagação do modelo das organizações sociais 21

3.1 Contextualização político-institucional e dogmática da matéria ... 21

3.2 A organização social como entidade da Administração Pública indireta e a figura do contrato de gestão 24

3.3 A "privatização das funções estatais" e as organizações sociais ... 26

3.3.1 Estado contratual e Estado financiador: a importância dos instrumentos de colaboração público-privada no mundo contemporâneo 27

3.4 As organizações sociais e a submissão à obrigatoriedade da licitação 31

3.5 Síntese opinativa 34

4 Considerações finais sobre a relação entre a decisão proferida na Medida Cautelar da ADIn nº 1.923-DF e o Terceiro Setor no Brasil 34

Democracia participativa, controle social e Terceiro Setor: o caso da Transparência Brasil

Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa 37

1 Contextualização 37

2 O uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para o controle social: o caso da Transparência Brasil 46

3 Conclusões 53

Referências 53

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

A formalização jurídica das OSCIPs
Maria José Reis Pontoni 55
1 Introdução 55
2 O Terceiro Setor 56
3 As organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs 57
3.1 Aspectos da Lei nº 9.790/99 59
3.1.1 Estatuto da OSCIP 62
3.1.2 Qualificação e a não-qualificação como OSCIP 62
3.1.3 Termo de Parceria 64
3.1.4 Fiscalização e controle 67
3.2 A atuação das OSCIPs 68
4 Considerações finais 70
Referências 73

Licitação e Terceiro Setor: reflexões sobre o concurso de projetos da Lei das OSCIPs
Marcela Roza Leonardo Zen 75
Introdução 75
1 Terceiro Setor e OSCIPs 76
1.1 Conceito de Terceiro Setor 76
1.2 Evolução do Terceiro Setor no Brasil 78
1.3 Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) 80
1.3.1 Termo de Parceria 81
2 OSCIPs e licitação 87
2.1 Licitação 87
2.2 Concurso de projetos 91
3 Considerações finais 94
Referências 97

A não-incidência do ISSQN na execução de programas sociais pelas OSCIPs e OSs
Sandra Barbon Lewis 99
1 Introdução 99
2 As organizações da sociedade civil de interesse público 100

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3 Organizações sociais 101
4 A relação de coordenação com o Poder Público que viabiliza a continuidade das políticas públicas sociais 102
5 Termo de Parceria, Contrato de Gestão e outros institutos 110
6 A não-incidência do ISSQN aos projetos e programas públicos executados pelas entidades de Terceiro Setor 113
6.1 Pressupostos para a incidência do ISSQN: o caráter lucrativo da prestação de serviços e empresa ou profissional autônomo como sujeitos passivos da obrigação tributária 113
6.2 O rol taxativo da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003 .. 115
6.3 O caráter não oneroso dos Termos de Parcerias e dos Contratos de Gestão e do caráter público dos recursos repassados 118
6.4 A imunidade recíproca 121
6.5 A imunidade das entidades filantrópicas 122
7 Conclusões 123
Referências 125

As organizações religiosas e o Terceiro Setor

Acyr de Gerone 127
1 Introdução 127
2 Conceituação 128
3 Modo de instituição e gestão 129
4 Breve resgate histórico 133
5 As organizações religiosas por Antonio Gramsci 137
6 As organizações religiosas nas constituições federais 137
7 As organizações religiosas na Constituição de 1988 139
7.1 A liberdade de consciência e de crença 139
7.2 Do Estado laico 140
7.3 Da colaboração para o interesse público 143
8 As organizações religiosas no Código Civil de 1916 146
9 As organizações religiosas no Código Civil de 2002 146
10 As organizações religiosas após a Lei nº 10.825 de 22.12.2003 147
11 Relações das organizações religiosas com o Primeiro Setor 150
12 Relações com o Segundo Setor 151
13 Relações com outras organizações do Terceiro Setor 151

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

14 Organizações religiosas inseridas no Terceiro Setor 152
15 Benefícios e efeitos de se inserir as organizações religiosas nos debates e estudos do Terceiro Setor 159
Referências 160

O sistema de controle interno e as entidades do Terceiro Setor: perspectiva gerencial e o princípio da eficiência
Rodrigo Pironti Aguirre de Castro 163

Fundação-sócia e fundação-empresa: exercício de atividades econômicas por fundações privadas
Leandro Marins de Souza, Geraldo Bonnevialle Braga Araújo .. 177
1 Breve introdução 177
2 Fundações privadas: sucintas considerações sobre seu histórico, sua natureza jurídica e seu conteúdo 179
2.1 Breve escorço histórico acerca das fundações privadas, sua contextualização e importância atual 179
2.2 Conceito de fundações privadas 181
2.3 Elementos da configuração jurídica das fundações privadas 183
3 Evolução da teoria da empresa no Direito Comercial 191
4 O Código Civil de 2002 e o conceito de empresa 197
4.1 O regime das fundações privadas no Código Civil 198
4.2 O Direito de Empresa no atual Código Civil 201
4.3 Debates acerca do conceito de empresa e seus elementos críticos: o lucro e o interesse social 205
5 Possibilidade de exercício de atividades econômicas por parte das fundações privadas 207
6 Fundação-sócia de sociedade empresária 213
7 Fundação-empresa 214
8 Conclusões 216
Referências 218

Endowment: os fundos patrimoniais e o investimento social privado no Brasil
Fernando Magalhães Modé 221
1 Introdução 221

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2 Os fundos patrimoniais e a busca da sustentabilidade econômica 223
2.1 Outras razões para manutenção de um fundo patrimonial 226
3 A ausência de marco regulatório específico 227
4 Conclusão 228

Parecer – Gestão compartilhada de bens públicos: acordos multilaterais firmados entre Estado, concessionária de serviço público e entidades do Terceiro Setor

Gustavo Justino de Oliveira, Ana Carolina Hohmann 231
1 A consulta 231
2 O parecer 232
2.1 A expressa vinculação do contrato de arrendamento, celebrado entre "X" e "Y", ao contrato de concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga 232
2.2 As cláusulas dos contratos de arrendamento e de concessão, assim como preceitos da legislação federal, referentes aos bens arrendados por "X" 234
2.3 As prerrogativas e os deveres da concessionária face aos contratos de concessão, de arrendamento e da legislação vigente 237
2.4 Parcerias 246
2.4.1 "X" e entes públicos 251
2.4.2 "X" e entidades sem finalidade lucrativa (Terceiro Setor) 255
2.4.3 "X" e entes privados 257
3 Síntese conclusiva 262
4 Considerações finais 265

Parecer – Organização da sociedade civil de interesse público e prestação de serviços de saúde: limites e possibilidades

Gustavo Justino de Oliveira, Ana Carolina Hohmann 267
1 Consulta 268
2 Parecer 269
2.1 O Terceiro Setor no Brasil e as OSCIPs 269
2.2 Organização e funcionamento do hospital A: análise estatutária 272

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 Regime jurídico das OSCIPs 277
2.3.1 Vantagens 277
2.3.2 Limitações 280
2.3.2.1 Prestação gratuita de serviços de saúde 280
2.3.2.2 Ausência de finalidade lucrativa e transferência de recursos do hospital A ao hospital B 282
2.4 Relação jurídica entre o hospital A e o hospital B 284
2.4.1 Do Termo de Comodato 285
2.4.2 Do Contrato de Arrendamento de Fundo de Comércio 286
2.4.3 Do Termo de Gestão 288
2.5 Possíveis conseqüências decorrentes das irregularidades presentes na gestão do hospital A 292
2.6 Regime jurídico do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre as atividades desenvolvidas pelo hospital B 296
2.6.1 Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) 296
2.6.2 Da imunidade ao ISSQN 298
2.6.3 Da isenção ao ISSQN 302
2.7 Outras possibilidades de gestão dos Serviços de Saúde 303
3 Conclusões e reposta às indagações 307
3.1 Quais são as implicações jurídicas decorrentes da qualificação de OSCIP? 307
3.2 Há irregularidades no modelo de gestão atualmente adotado pela entidade? 308
3.3 A modalidade de gestão adotada é adequada aos interesses dos sócios do hospital B, proprietário da estrutura física e de parte dos equipamentos onde são prestados os serviços pelo hospital A? Há outras modalidades de gestão legalmente previstas e economicamente mais vantajosas? 309
3.4 Há incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre as atividades de saúde prestadas pela entidade? 311

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br